

1 INTRODUÇÃO

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns na interpretação do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas. Esse problema alimenta discussões de toda espécie – acerca de influências, responsabilidades e julgamentos, sobre realidades presentes e prioridades futuras.

Edward Said

No final da década de 1970, ao publicar sua consagrada obra *Orientalismo*, Edward Said (2007) chamava a atenção para o fato de que, assim como os ingleses, os portugueses (ainda que em menor medida), tiveram uma longa tradição pautada pelo Orientalismo, ou seja, por uma forma de abordar o Oriente que tinha “como fundamento o lugar especial do Oriente na experiência ocidental européia” (SAID, 2007, p. 27). Isto significa que, durante um longo tempo, o Oriente, enquanto “lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias européias, a fonte de suas civilizações e línguas” (2007, p. 27), foi percebido pelos europeus não somente como um lugar próximo da Europa, mas também como um rival cultural, cujo valor deveria ser diminuído para que a imagem de superioridade ocidental se consolidasse.

Este processo de desvalorização oriental se dava, em textos literários ou não, a partir de um continuado investimento teórico e prático que, enfatizando a concepção de povos não-europeus como povos selvagens e não-desenvolvidos, contribuía para aumentar cada vez mais o poder do Ocidente sobre o Oriente. Afinal, quem fazia o Oriente falar, quem descrevia sua cultura e seu povo, e até mesmo quem esclarecia os mistérios do Oriente para o mundo ocidental era o poeta ou erudito do Ocidente (SAID, 2007). Era, portanto, pelos olhos do homem europeu que o Oriente era captado e, por meio de sua mão, um novo Oriente era criado.

Como explica Edward Said (2007), nos discursos orientalistas, cada escritor deixava registrada sua forma de conceber o Oriente, ao mesmo tempo em que

apresentava argumentos que pudessem convencer os leitores de sua obra de que o império que modelava seu discurso era diferente dos demais. Não é de se estranhar, assim, que logo no início de *O coração das trevas* – romance de Joseph Conrad publicado em 1902 –, por exemplo, a personagem Marlow (o marinheiro inglês que narra a seus companheiros de viagem suas aventuras no Congo), ao estabelecer uma comparação entre o império romano e o império britânico, acabe por concluir que o último era bem melhor que o primeiro:

“Vejam, nenhum de nós se sentiria exatamente assim. O que nos salva é a eficiência - a devoção à eficiência. Mas esses caras, realmente, não eram muito estimados. Não eram colonizadores; a administração deles era mera extorsão e nada mais, desconfio. Eram conquistadores, e para aquilo é preciso apenas força bruta – nada de excepcional, quando se tem, pois sua força é somente um acidente que decorre da fraqueza alheia. Agarravam o que podiam, e simplesmente porque estava ali para se agarrado. Era simples assalto com violência, agravado com assassinato em alto grau e praticado às cegas pelos homens – como é próprio daqueles que têm uma fisionomia diferente ou narizes ligeiramente mais achatados do que os nossos, não é uma coisa bonita quando você olha demais para ela. O que a redime é somente a idéia. Uma idéia que está por trás; não uma pretensão sentimental, mas uma idéia; e uma crença não egoísta na idéia – algo que se pode erguer, para depois se curvar diante e oferecer um sacrifício... (CONRAD, 2006, p. 11-2)

Não é de se estranhar também que, ao penetrar no âmago da floresta em meio a sua procura por Kurtz (o grande comerciante de marfim e chefe do Posto Interior), Marlow encontrasse inesperadamente um livro com o qual prontamente se encantaria – “um achado extraordinário” (CONRAD, 2006, p. 71), cujas páginas brilhavam com uma luz diferente –, e acabasse por deduzir: “Deve ser inglês” (CONRAD, 2006, p. 72).

Como explica Homi K. Bhabha (2007), a partir do século XIX, a obstinada repetição da cena da descoberta de um livro inglês inaugura, nos escritos culturais do colonialismo inglês, uma literatura do império. Segundo o crítico, ao ser encenado (e reencenado) nas vastidões da Índia, da África e do Caribe coloniais, o episódio da descoberta repentina e fortuita do livro inglês remete a um momento de epifania e de anunciação, no qual o livro simultaneamente funciona como “insígnia da autoridade colonial e significante do desejo e da disciplina coloniais” (BHABHA, 2007, p. 150). Em *O Coração das Trevas*, portanto, o livro *Inquiry into some Points of Seamanship*, encontrado pela personagem Marlow durante sua

viagem pelo Congo, sugere, antes de tudo, o triunfo do poder colonialista inglês sobre a África, sua superioridade, sua capacidade de escrever a história.

Na narrativa, do mesmo modo que a descrição do Tâmis – o velho rio que “repousava sem rugas ao cair do dia após séculos de bons serviços à gente que habitava suas margens” (CONRAD, 2006, p. 7) – se opõe a do rio Congo – descrito por Marlow como o rio responsável por levar o europeu a uma viagem “aos primórdios do mundo” (CONRAD, 2006, p. 63) –, é também em oposição à imagem do inglês supostamente mais evoluído que a imagem estereotipada e preconceituosa do homem africano é construída:

Estávamos habituados a vê-lo sob a forma de um monstro agrilhado e domado, mas ali – o que víamos ali era uma coisa monstruosa e livre. Era algo extraterreno, e os homens eram... não, não eram inumanos. Bem, vocês sabem, não havia nada pior do que a suspeita de que não eram inumanos. E essa desconfiança pouco a pouco se apoderava de nós. Uivavam, saltavam, rodopiavam e faziam as caretas horrendas; mas o que mais impressionava era a idéia de que eram criaturas humanas... como nós, a idéia de que havia um remoto parentesco entre nós e aquele selvagem e apaixonado furor. Horrível. Sim, era absolutamente horrível; mas, se éramos homens o bastante, admitiríamos que havia também dentre nós, por mais débil que fosse, uma certa receptividade à terrível franqueza daquele alvoroço, uma vaga suspeita de que havia ali um significado, que nós – tão distante da noite das primeiras eras – podíamos compreender. E por que não? A mente humana é capaz de qualquer coisa – tudo está nela, todo o passado bem como o futuro. (CONRAD, 2006, p. 68)

Na ficção conradiana, o homem inglês surge, pois, como indivíduo privilegiado. É apresentado como aquele que, embora esteja no grau mais elevado do desenvolvimento humano (afirmação sustentada pelas teorias evolucionistas de Charles Darwin), é capaz de compreender a alma africana, e de traduzi-la para o Ocidente.

Todavia, como esclarece Leila Leite Hernandez, as obras que partem da idéia de uma história da civilização ocidental freqüentemente apresentam equívocos ao abordarem o continente africano e suas gentes. Neles, a África é recriada segundo uma perspectiva que toma o conhecimento (e, conseqüentemente, a escrita da história – já que só pode escrever a história quem a conhece) – como um “privilégio dos que são considerados mais capazes, mais bem-dotados, sendo-lhes, por isso, conferida a tarefa de formular uma nova visão de mundo, capaz de compreender, explicar e universalizar o processo histórico” (HERNANDEZ, 2005, p. 17).

Significa dizer que o saber ocidental constrói uma nova consciência planetária constituída por visões de mundo, auto-imagens e estereótipos que compõem um “olhar imperial” sobre o universo. Assim, o conjunto de escrituras sobre a África, em particular entre as últimas décadas do século XIX e meados do século XX, contém equívocos, pré-noções e preconceitos decorrentes, em grande parte, das lacunas do conhecimento quando não do próprio desconhecimento sobre o referido continente. Os estudos sobre esse mundo não ocidental foram, antes de tudo, instrumentos de política nacional, contribuindo de modo mais ou menos indireto para uma rede de interesses político-econômicos que ligavam as grandes empresas comerciais, as missões, as áreas de relações exteriores e o mundo acadêmico. (HERNANDEZ, 2005, p. 17-8)

Em *O coração das trevas*, o negro praticamente não tem voz. Não raro, é descrito como alguém que se comunica por grunhidos, incapaz de verbalizar seus pensamentos. Fica, então, sob responsabilidade do inglês, preencher as lacunas deixadas por aquilo que o homem negro não diz. O Orientalismo revela-se, então, em *O coração das trevas* por meio de um discurso que procurava dominar, reestruturar e ter autoridade sobre os povos não-ocidentais, ao mesmo tempo em que manejava e produzia uma nova África “política, sociológica, militar, ideológica, científica e imaginativamente” (SAID, 2007, p. 29). O mundo africano, portanto, como uma criação do mundo inglês.

Se, no romance de Conrad, a imagem que se sobressai é a do colonizador inglês, em “O branco que odiava as brancas” – crônica do colonialista português Henrique Galvão publicada em 1929 na obra *Em terra de pretos* –, é por meio da descrição do inglês como um colonizador que falhou em sua missão de conquistar e de civilizar povos não-europeus que o narrador constrói a imagem do homem português como um colonizador bem-sucedido, evidenciando, assim, as relações históricas existentes entre ingleses e portugueses.

Em *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*, Boaventura de Sousa Santos afirma que “Portugal é, desde o século XVII, um país semi-periférico no sistema mundial capitalista moderno” (2006, p. 227), cuja posição intermédia e intermediária entre o centro e a periferia implicou a caracterização de sua prática colonial como igualmente semi-periférica. Ainda segundo o sociólogo (2006), o perfil do colonialismo português só pode ser estabelecido se for considerado em relação ao colonialismo britânico, uma vez que:

A perifericidade do colonialismo português é dupla, porque ocorre tanto no domínio das práticas coloniais, como no dos discursos coloniais. No domínio das práticas, a perifericidade está no fato de Portugal, enquanto país semi-periférico no sistema mundial, ter sido ele próprio, durante um longo período, um país dependente da Inglaterra, e, em certos momentos, quase uma ‘colônia informal’ da Inglaterra. [...] No domínio dos discursos coloniais, o carácter periférico do colonialismo português reside no fato de, a partir do século XVII, a história do colonialismo ter sido escrita em inglês e não em português. Isto significa que o colonizador português tem um problema de auto-representação algo semelhante ao do colonizado pelo colonialismo britânico, o problema da prevalência de uma hetero-representação que confirma a sua subalternidade. (SANTOS, 2006, p. 230-231).

Eric Hobsbawm (2007), por sua vez, em *A era dos impérios*, parte igualmente da premissa de que, embora tentasse manter a imagem de um grande império, Portugal (se comparado aos demais países da Europa) era tão somente uma nação pequena, débil e atrasada, “praticamente uma semicolônia britânica” (2007, p. 36). Com esta afirmação, o historiador reforça a idéia de que as práticas coloniais portuguesas na África só poderiam ser claramente compreendidas se pensadas de modo global, ou seja, tomadas em relação com o colonialismo britânico.

De fato, levando-se em consideração os passados inglês, português e angolano, é possível perceber que, ao longo dos últimos séculos, as histórias da Inglaterra, de Portugal, e de Angola estiveram intimamente ligadas, confirmando (sobretudo a partir do século XVI) o domínio do primeiro sobre o segundo, do segundo sobre o terceiro, e indiretamente do primeiro sobre o terceiro.

Como explica o historiador Kenneth Maxwell (1999), no final do século XV e no início do século XVI, os portugueses, ao estabelecerem colônias na África, no Extremo Oriente e na América do Sul, contribuíram para a expansão do mundo até então conhecido. Tal fato foi possível graças ao reconhecimento, por navegadores e cartógrafos portugueses, de que o mar poderia ser usado para se chegar a continentes distantes, desde que as correntes do Atlântico, bem como a orientação dos ventos oceânicos predominantes, fossem previamente determinadas.

Sendo concebido como solução para seus anseios econômicos, de cristianização e de conquista, o expansionismo contava nessa época com o apoio de toda a sociedade portuguesa, cujo imaginário era povoado pela concepção de Portugal como um grande e vasto império. As Bulas Papais, por sua vez, também

reforçavam a superioridade lusitana ao deixarem claro que o povo português fora eleito por Cristo para conquistar, colonizar e evangelizar territórios, bem como subjugar populações. Neste contexto, reconhecer-se português significava ser capaz de se perceber como indivíduo dotado de atributos especiais que o diferenciavam e o individualizavam na humanidade. (ZILHÃO, 2006).

Porém, se no início do século XVI os portugueses eram europeus que enriqueciam com as mercadorias da Índia, ao longo desse mesmo século, eles se converteriam, segundo palavras de Eduardo Lourenço, “em ocidentais perdidos e achados no Oriente que os seduz e lhes fornece mais matéria de ficção vivida que a madre Europa” (LOURENÇO, 1994, p. 145).

Ao longo do século XVII, a assinatura de acordos com a Inglaterra corroborou o papel secundário assumido por Portugal em relação ao mundo inglês, em virtude da aceitação de medidas como: a abertura de seus portos aos navios ingleses, a aceitação da participação inglesa no comércio com as colônias, a concessão de privilégios civis, judiciais e fiscais a comerciantes ingleses residentes em Portugal, entre outros. (ZILHÃO, 2006).

Já em 1703, a assinatura do Tratado de Methuen contribuiu para o agravamento da crise econômica portuguesa. Para sanar as dívidas provenientes do comércio de vinhos, Portugal ofereceu o ouro brasileiro à Inglaterra, que o usou não apenas para equilibrar sua balança comercial com a França, mas também para ampliar a circulação de capital em seu território. Havendo o favorecimento do acúmulo de capitais pela burguesia inglesa, o financiamento da Revolução Industrial se tornou possível e, a partir de então, a Inglaterra se assumiu como a maior potência européia, confirmando seus domínios sobre Portugal e suas colônias (BELATTO, 2000).

Com a perda de sua colônia mais próspera em 1822, Portugal passou a conceber a África como caminho que possibilitaria seu renascimento a partir das cinzas. Assim, diversas iniciativas com o propósito de tornar a colonização no continente africano (em especial em Angola) foram tomadas, embora muitas delas acabassem por fracassar. Devido à preferência por países como os Estados Unidos e o Brasil – que já contavam com uma estrutura pronta para receber aqueles que desejassem habitar nesses países – as terras desconhecidas da África recebiam apenas degredados e militares (ZILHÃO, 2006).

Ao final do século XIX, todas as partes do mundo eram conhecidas e mapeadas. De modo geral, “a exploração já não consistia em ‘descoberta’, mas numa forma de esforço atlético, muitas vezes mesclado a importantes elementos de competição pessoal ou nacional; tipicamente a tentativa de dominar os ambientes físicos mais duros e inóspitos” (HOBSBAWM, 2007, p. 29). Eis, então, a razão pela qual, na década de 1870, iniciou-se um período de intensas disputas em relação ao continente africano, já que lá as grandes potências poderiam encontrar as matérias-primas, riquezas, mercados e segurança de que tanto precisavam (MOURÃO, 2004).

Nesta época, ao mesmo tempo em que o mundo se tornava demograficamente maior, geograficamente menor e global, a demarcação de um abismo profundo envolvendo as regiões pré-industriais e os países ocidentais gradualmente se acentuava. Evidenciava-se, assim, um mundo dividido em duas partes: uma bem menor, em que o “progresso” despontara, e outra notadamente maior, aonde o “progresso” poderia chegar com a ajuda de colaboradores locais (HOBSBAWN, 2007).

O que definia o século XIX era a mudança: mudança em termos de e em função dos objetivos das regiões dinâmicas do litoral do Atlântico norte, que eram, à época, o núcleo do capitalismo mundial. Com algumas exceções marginais e cada vez menos importantes, todos os países, mesmo os até então mais isolados, estavam, ao menos periféricamente, presos pelos tentáculos dessa transformação mundial. [...]

Em termos materiais, em termos de conhecimento e de capacidade de transformar a natureza, parecia tão patente que a mudança significava avanço, que a história – de todo modo a história moderna – parecia sinônimo de progresso. O progresso era medido pela curva sempre ascendente de tudo que pudesse ser medido, ou que os homens escolhessem medir. (HOBSBAWM, 2007, p. 46-7)

A essa altura, Portugal era uma nação “decadente e esvaziada, vítima da sua dependência do Brasil entretanto perdido, [...] um país distante [...] dessa Europa simultaneamente científica, moderna, imperialista e ‘devoradora’ em franco desenvolvimento econômico, político e social” (RIBEIRO, 2004, p. 26).

Porém, desejoso de manter seu império, e descontente com a perda de parte de seus territórios determinada durante a Conferência de Berlim, o governo português decidiu, ainda ao final do século XIX retomar seu projeto de expansão territorial. Para tanto, organizou expedições capazes de prover informações sobre povos e regiões que ainda permaneciam obscuros para os europeus e, em 1887,

celebrou um convênio com a Alemanha, no qual o imperador alemão Guilherme II reconhece o direito de Portugal promover a civilização nas terras do Congo. Revelando-se, contudo, como um obstáculo ao desejo inglês de construir uma estrada de ferro para ligar o Cairo à cidade do Cabo, o convênio acabou por gerar uma gradativa tensão entre Portugal e Inglaterra, que, em 11 de janeiro de 1890, culminou no *Ultimatum* (ZILHÃO, 2006):

O *ultimatum* foi o fato mais importante da história portuguesa do final do século XIX, acarretando uma repercussão nacional profunda, por um longo tempo. No dia seguinte os jornais deram conta do sucedido, provocando uma onda de protestos e de manifestações de indignação e revolta contra a “pérfida Albion”, em que se chegou a cobrir a estátua de Luís de Camões com fitas pretas em sinal de luto, assim como um boicote gera aos produtos britânicos. [...]

O *ultimatum* teve um efeito tão profundo na sociedade portuguesa, que conseguiu catalisá-la, unificando colonialistas e não colonialistas, em torno de um nacionalismo que, paulatinamente, entrelaçava Nação e Império.

Convém que se note que a reação dos portugueses em relação ao *ultimatum* não foi por o governo ter cedido, pois era óbvio que Portugal não se poderia opor ao poderio britânico, mas pelo fato de aquele ter deixado chegar a situação ao ponto a que se havia chegado, em que o país fora humilhado. (ZILHÃO, 2006, p. 32-3)

Em ensaio intitulado *Voz de Angola em tempo de Ultimato*, Aida Freudenthal (2001) comenta que, em Portugal, “o trauma nacionalista resultante do sobressalto que o Ultimato provocara em alguns setores da sociedade colonial, projetou-se em uma percepção exacerbada de perigos ocultos, assim como em manifestações primárias de xenofobia” (2001, p. 161). Desse modo, qualquer sinal de presença estrangeira (sobretudo quando envolvia os ingleses) era capaz de despertar boatos e atos despropositados.

É quase quarenta anos depois do Ultimato que Henrique Galvão escreve sua crônica “O branco que odiava as brancas”, na qual o colonialista português narra a história de um inglês (Sir Perkins) que decidira viver em Angola com um grego para juntos caçarem elefantes e venderem seu marfim. Um dia, porém, ao ser repreendido pelo seu colega de caça pelo fato de não gostar de mulheres brancas, Perkins se enfurece e mata o grego. Diante da resistência das autoridades em prendê-lo, é dominado por um acesso de loucura: mata todos os animais que estavam próximos de sua barraca e, em seguida, mata-se.

Em *Da vida e da morte dos bichos*, Galvão comenta que um bom caçador de elefantes deveria ser um “homem de nervos calmos, capaz de conciliar a coragem serena com a prudência inteligente, atirador de média categoria pelo menos,

conhecedor profundo da vida e costumes dos animais e, sobretudo, sadio, resistente, ágil, enérgico” (GALVÃO, 1951, p. 142). Convém notar que tal descrição corresponde à imagem que o escritor português tinha de si próprio, afirmação que pode ser comprovada mediante a observação das fotos nas quais o escritor se exhibe imponente ao lado dos animais que abatera.

Em “O branco que odiava as brancas”, Perkins é descrito em oposição à imagem do caçador português. É um homem que saíra da Inglaterra fugido das autoridades, neurastênico, taciturno, assolado por preocupações envolvendo fatos de sua vida desconhecidos por todos. Em suma, como parece indicar o narrador da crônica, alguém incapaz de dominar o mundo africano, pois fora por ele dominado (GALVÃO, 1929). Assim, apesar da distância temporal entre a escrita da crônica e o Ultimato inglês, verifica-se, na crônica, a continuidade do desconforto dos portugueses em relação aos ingleses.

Se pensar a colonização portuguesa em África implica também pensar a relação histórica entre Portugal e Inglaterra, no final do século XX, ciente deste fato, Ruy Duarte de Carvalho parte, em sua obra, igualmente da premissa de que a história angolana é produto de interesses não apenas internos, mas também externos a Angola. Em sua concepção, pensar a história de Angola é pensá-la como intenção:

Uma intenção de inscrição de experiência do passado na experiência do presente. O presente, assim, tido como resultante de um passado que por sua vez tende a ser tratado e interpretado de maneira a justificar e a legitimar o presente, inclusive o presente da disciplina que se ocupa dos passados. (CARVALHO, 2008, p. 69)

Enfatizando que seu discurso é o de um cidadão angolano que reflete sobre o modo como os portugueses percebem Angola e, mais do que isso, que propõe que o universo angolano deixe de ser percebido de forma preconceituosa, reducionista ou estigmatizante, Ruy Duarte de Carvalho destaca, em suas *Actas da Maianga*, que a leitura que os portugueses fazem dos angolanos como indivíduos inferiores “é tributária da carga ideológica e cultural em que se tem fundamentado e fundamenta uma colocação ocidental, ocidentalizante ou ocidentalizada, em relação às pessoas, aos grupos e aos fenômenos do terceiro mundo” (CARVALHO, 2003, p. 37).

Segundo o escritor, nos discursos produzidos por povos cujo olhar é externo à África:

Os desconcertos locais são grosseira e espontaneamente apreendidos e interpretados [...] como resultado de uma inadequação fundamental – congênita e genética para as mais tenazes fidelidades a um racismo arcaico ou, mais insidiosamente, entendida agora segundo as razões de um racismo cultural integrado já pelo senso comum – dos sujeitos locais face às complexidades que a modernidade lhes coloca e que outras não são, afinal, senão as do seu acesso a essa mesma modernidade. A responsabilidade dos descabros locais tende assim a recair, inteira e exclusiva, sobre incompetências ou outros traços de caráter ou de cultura comuns à categoria ampla e adaptável dos não-ocidentais, para não dizer doutra maneira. (CARVALHO, 2003, p. 38-9)

Para Ruy Duarte de Carvalho, os textos autoritários produzidos pelo Ocidente são incapazes de criar condições para a percepção de que as crises atualmente enfrentadas por países como Angola resultam “de um processo único e planetário que impõe a todos os efeitos e as conseqüências das suas dinâmicas, das suas lógicas e da imposição de seu modelo de procedimentos e de resoluções” (CARVALHO, 2003, p. 39).

Motivado, então, pelo desejo de mostrar os discursos ocidentais e não-ocidentais como criações (e não como fatos inquestionáveis), Ruy Duarte de Carvalho escreve e, ao fazê-lo, parte da concepção de que a diferença deve ser entendida como uma alternativa possível, não como um elemento de exclusão social. Assim, experiências sociais silenciadas pelo poder são expostas em suas obras com o intuito de propor a expansão daquilo que já se conhece, para que se torne possível aumentar as possibilidades de experimentação social no futuro.

Com um percurso que atravessa a poesia, a antropologia, o cinema para chegar a ficção, a partir do final da década de 1990, o escritor começou a escrever narrativas paradigmáticas para o entendimento da situação angolana no final da guerra, e nos tempos de reconstrução nacional que se lhe seguiram. Seus romances *Vou lá visitar pastores* (1999), *Os Papéis do Inglês* (2000), *As Paisagens Propícias* (2005), e *Desmedida* (2006) expõem as fraturas políticas, econômicas e sociais angolanas no presente e ajudam a compor a ambiência local, ao mesmo tempo em que possibilitam a discussão a respeito do papel da intelectualidade angolana inserida neste novo contexto.

Em entrevista concedida em 2003 à revista *Lo Straniero*, ao ser questionado a respeito da influência da consciência do passado histórico individual e coletivo

na projeção do futuro de Angola, Ruy Duarte de Carvalho evidenciava a preocupação de que se concebesse para o país um futuro determinado por uma consciência viciada de passado. Para tanto, fazia-se necessário que o presente, em vez de ser encarado como tempo de repetição do passado, deveria ser encarado como tempo de “abertura face ao futuro” (CARVALHO, 2008, p. 74), já que “tanto o passado como o futuro é no presente que se dão a elaborações, a leituras, a interpretações, a modas, a conceptualizações, a boas e a más intenções e mesmo a veredictos e a programas” (CARVALHO, 2008, p.75).

Ainda assim poderia acrescentar, se é que isso adianta alguma coisa, que tanto as escritas que tenho disponibilizado como aquilo que em tempos propus em cinema revelam perfeitamente, espero, o que poderá ser entendido como o lugar da minha interpretação de todos os passados. Ela inscreve-se e desdobra-se, ou pelo menos pretende fazê-lo, num registro que tem claramente em conta a longa-duração e aquelas ordens de continuidade, de contigüidade e de especificidades locais e gerais que configuram não tanto uma conjuntura quanto um *processo*, e talvez sobretudo as diferentes lógicas, semânticas, gramáticas e estratégias das versões do passado que uma qualquer colocação no presente, que é o que efetivamente acaba por afligir-nos a todos, sem tempo nem coração nem alma para muito mais, convoca e propõe às múltiplas interpretações possíveis. (CARVALHO, 2008, p. 75, *grifo do autor*)

Ao conceber o passado como momento sujeito a múltiplas interpretações no presente, Ruy Duarte de Carvalho questiona os discursos reducionistas, apresentando, em oposição a eles, em suas obras, uma memória urdida a partir do cruzamento das memórias de vários grupos com a sua, mas que não desconsidera a existência de outras memórias coletivas, assim como não ignora o fato de que dois grupos diferentes podem “*participar em acontecimentos idênticos, ou mesmo num único acontecimento, para no fim guardar deles, ou dele, uma memória diferente*” (CARVALHO, 2008, p. 73, *grifo do autor*).

De acordo com essa leitura, a história passa a ser entendida como resultado de um processo cuja construção não deve ficar a cargo de um único grupo, já que “a história é feita por homens e mulheres, e do mesmo modo ela também pode ser desfeita e reescrita, sempre com vários silêncios e elisões, sempre com formas impostas e desfiguramentos tolerados, de modo que o ‘nosso’ Leste, o ‘nosso’ Oriente possa ser possuído por ‘nós’” (SAID, 2007, p. 14). Desse modo, se a produção e a interpretação da história ocidental durante séculos pressupôs o

silenciamento do mundo não-europeu, com o aumento da resistência ao poderio ocidental, no atual contexto:

As formas culturais ocidentais podem ser retiradas dos compartimentos autônomos em que se mantêm protegidas, e colocadas no meio dinâmico global criado pelo imperialismo, ele mesmo revisto como uma disputa viva entre Norte e Sul, metrópole e periferia, brancos e nativos. Assim, podemos considerar o imperialismo como um processo que ocorre como parte da cultura metropolitana, a qual às vezes reconhece, às vezes obscurece a atividade sustentada do próprio império. (SAID, 1995, p. 87)

Ao retirar, então, as formais culturais ocidentais de seus compartimentos, e reencenar o passado que fora ditado por uma concepção ocidental, Ruy Duarte de Carvalho introduz temporalidades culturais que haviam sido (e ainda são) ignoradas. Assim, ao incorporar literariamente suas experiências etnográficas, destaca as peculiaridades que envolvem as práticas pastoris angolanas por meio de uma linguagem ausente de exotismos ou depreciações.

Em seu romance *Os Papéis do Inglês*, é por meio da releitura de narrativas de grandes escritores do Império – sejam eles do império britânico, ou do imaginado império português –, que Ruy Duarte de Carvalho expõe as culturas nacionais (inclusive a angolana) como representações criadas pelos mecanismos do poder. Para tanto, chama a atenção para sua própria escrita, mostrando-a como ato performático, e seu produto final (a obra acabada) como criação produzida segundo determinados contextos e motivações.

Na obra, é propondo uma nova versão para a crônica “O branco que odiava as brancas”, de Henrique Galvão, que Ruy Duarte de Carvalho traz à tona experiências desconsideradas pela narrativa colonial portuguesa, ao preencher os vazios históricos nela deixados em consequência do silenciamento da voz angolana pelo poder colonial. “A reescrita, portanto, consiste na apropriação do texto canônico pelo escritor [...], consciente de seu papel de mestre no contexto pós-colonial” (BONNICI, 2000, p. 42).

Russell Hamilton, em seu artigo “A literatura dos PALOP e a teoria Pós-colonial”, expõe o fato de que:

[...] nos PALOP, seguindo-se à vitória dos respectivos movimentos de libertação, surgiu uma literatura que celebrava a derrota do regime colonial, proclamava a revolução social e celebrava a (re-) construção nacional.

Juntamente com uma expressão literária abertamente circunstancial, na forma de obras patrióticas e nativistas, também começava a aparecer, nos primeiros anos após a independência, uma literatura intimista, experimentalista e reformista. Na categoria da literatura “séria”, em contraste com as obras politicamente comprometidas, circunstanciais e mesmo panfletárias, verificava-se uma tendência entre escritores nacionais a re-escrever e assim re-inventar a África e os seus respectivos países, tanto do período pré-colonial como colonial. (HAMILTON, 1999, p. 16)

Como argumenta o pesquisador, “re-escrever [...] o passado é, de certo modo, uma estratégia estético-ideológica que tem em vista protestar contra as distorções, mistificações e exotismos executados pelos inventores colonialistas da África” (HAMILTON, 1999, p. 18). Neste processo, ao dialogar com o passado por meio de novos discursos literários, as obras das literaturas africanas de língua portuguesa instauram ainda, no presente, um questionamento acerca da continuidade, no pós-independência, de estruturas e de instituições herdadas do colonialismo.

Em *Os Papéis do Inglês* – narrativa que, mais do que propor uma nova versão para a crônica de Henrique Galvão, tematiza o processo de escrita dessa nova versão –, a experiência colonial é concebida como um discurso em aberto, inconcluso, passível de ser reinterpretado. E, se a escrita da África pelo Ocidente não pode ser simplesmente apagada para que se escreva uma nova história angolana, no romance, é justamente pela incorporação de elementos de narrativas ocidentais, somados à versão de um narrador que incorpora a imagem de um cidadão angolano, que essa nova história é construída.

Antes de ser uma obra que focaliza a procura por um conjunto de papéis, *Os Papéis do Inglês* é, acima de tudo, uma narrativa que enfoca não apenas a procura de um intelectual por aquilo que o poder oculta, mas também sua inesperada descoberta de novos tesouros durante este processo. Não mais o livro inglês como símbolo da autoridade, nem o livro português do qual fora extraída a crônica de Galvão, mas as informações que possibilitaram ao narrador registrar sua própria versão história.

Publicado em Portugal em 2000, e no Brasil no início de 2007, o romance de Ruy Duarte de Carvalho é ainda alvo de poucos estudos por parte da crítica literária. Todavia, sua importância no âmbito da literatura colonial, e mesmo como objeto de estudo da chamada crítica pós-colonial, é imensa, uma vez que, na

obra, ao questionar as representações dos discursos coloniais, o escritor propõe novas formas de se perceber a África.

Do mesmo modo, enquanto *O coração das trevas* apresenta uma vasta fortuna crítica – tendo sido analisada por nomes como Edward Said, Homi Bhabha, Chinua Achebe, James Clifford, entre outros – os textos críticos centrados no conto “O Regresso são bastante escassos. Embora haja dezenas de artigos a seu respeito, apenas uma minoria conta com uma análise mais aprofundada.

Já em relação a “O branco que odiava as brancas”, nenhum texto crítico foi encontrado. Isto possivelmente se deve ao fato de *Em terra de pretos*, obra na qual a crônica foi publicada, ser praticamente uma raridade restrita a algumas bibliotecas portuguesas. Diante desse contexto, é possível então afirmar a execução deste trabalho justifica-se pela contribuição que traz não apenas para os estudos acerca do continente africano, mas também para as literaturas inglesa e portuguesa.

Neste primeiro capítulo, buscou-se traçar um panorama das idéias que orientaram a elaboração desta pesquisa. A primeira delas refere-se ao fato de a representação do homem africano e de sua cultura ter sido, durante vários séculos, uma tarefa praticamente restrita aos homens do Ocidente. Em seus discursos, foi por meio da negação e da estereotipização do Outro que esses homens contribuíram para a afirmação da superioridade ocidental. Em função disto, a África neles apresentada é uma África criada segundo determinados interesses ideológicos europeus. Diferente, portanto da concebida por um sujeito africano.

Todavia, isto não significa que os textos sobre a África escritos por europeus devam ser desconsiderados. Como Ruy Duarte de Carvalho evidencia em seu romance *Os Papéis do Inglês*, esse material constitui parte de um rico acervo passível de ser relido e reescrito, de modo a apontar novos direcionamentos.

É com o intuito de trabalhar essa questão que nos capítulos seguintes os mecanismos da escrita do autor angolano são discutidos. Assim, no segundo capítulo, após uma breve consideração a respeito da importância da intelectualidade angolana e de seu envolvimento com a literatura, a proposta literária de Ruy Duarte de Carvalho é analisada, tomando-se como eixo norteador

elementos de sua criação ficcional, tais como a auto-ficcionalização, a apropriação de elementos da antropologia, e a reescrita do passado.

No terceiro capítulo, discute-se a razão pela qual a crônica “O branco que odiava as brancas”, de Henrique Galvão, serve como mote para a escrita d’*Os Papéis do Inglês*. Assim, além de se verificar as características do discurso de Henrique Galvão, também se procura investigar o modo como a crônica do colonialista português é questionada pelo narrador do romance angolano.

No quarto capítulo, por sua vez, analisa-se a incorporação de elementos das narrativas “O coração das trevas” e “O regresso”, de Joseph Conrad n’*Os Papéis do Inglês*, e o efeito que tal procedimento promove na narrativa angolana. Por fim, no último capítulo são expostas as considerações finais.